

De Cidade Local a Pseudocidade: implicações da empresarização do espaço urbano sob o mito do progresso

Cristiane Simões Netto Costa (PPGA/UFRGS) - cristianesnc@gmail.com

Resumo:

Com base na teoria da empresarização e sua apropriação ao contexto brasileiro, proponho neste artigo incorporar às discussões sobre o mito do progresso as teorias sobre espaço propostas por Milton Santos, argumentando que sob o capitalismo dependente a ideologia do progresso se destaca como traço característico do processo de empresarização e promove a formação de pseudocidades. A expectativa de modernização de cidades locais, impulsionada pelo mito do progresso, promove a transformação destas em pseudocidades, uma vez que reduz sua autonomia econômica e reproduz relações características do capitalismo dependente (FERNANDES, 1976). Entendo que a revisão de diferentes abordagens sobre a ideia de progresso pode contribuir para a desnaturalização da centralidade da empresa, evidenciando como esse conceito foi sendo adaptado ao longo do tempo, de acordo com determinados interesses, tal como apontam Nisbet (1980) e Dupas(2006). As teorias sobre espaço que, na abordagem aqui adotada, tem como fundamento as proposições de Milton Santos, permitem um detalhamento da dinâmica da organização espacial, possibilitando a identificação e caracterização de diferentes tipos de relações entre a empresa e os demais atores e objetos com os quais interage no local em que se instala. Propõe-se a análise a partir do processo que vem ocorrendo no município de São José do Norte/RS, que passa a integrar o Polo Naval do Rio Grande com a instalação da empresa Estaleiros do Brasil Ltda. (EBR).

Palavras-chave: *Empresarização, Progresso, Espaço Urbano, Capitalismo Dependente, Pensamento Social Brasileiro.*

Área temática: *GT-10 Empresa e Modernidade: Sobre Origens, Características e Implicações da Generalização da Forma Empresa*

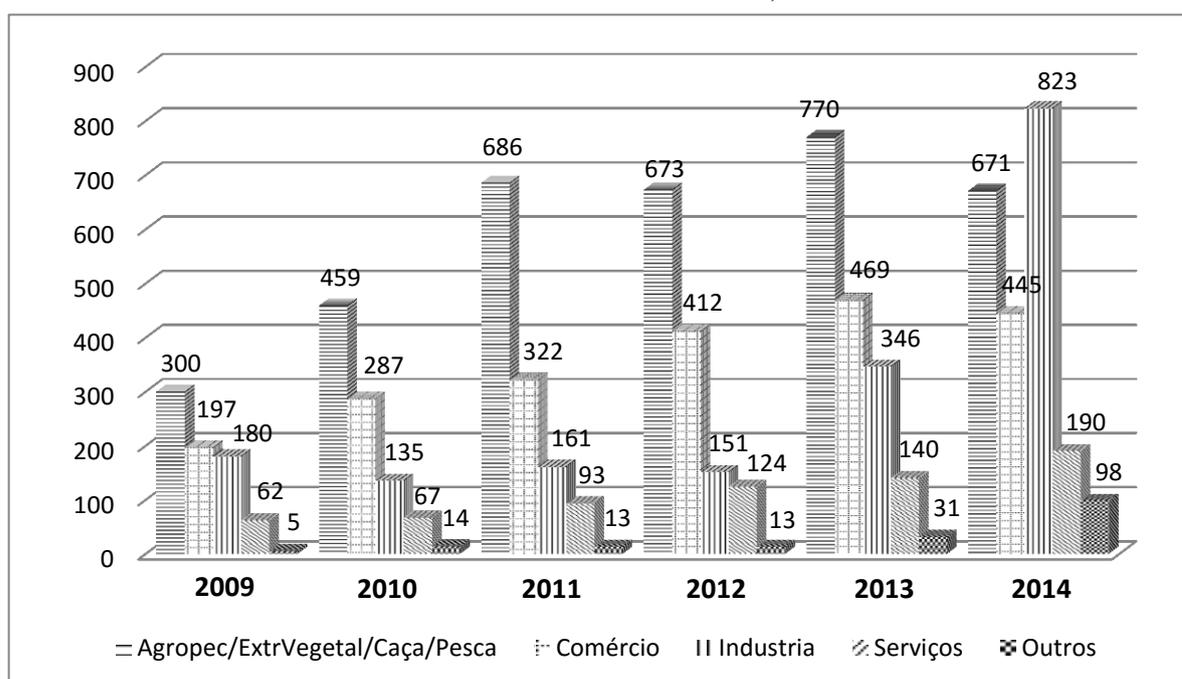
1 Introdução

Acontecimentos como os recentemente ocorridos no município de Mariana (MG), com o rompimento de uma barragem e destruição violenta de vidas, trazem a tona o debate sobre a ideologia do progresso (DUPAS, 2006) e sobre o processo de empresarização do mundo (SOLÉ, 2000; 2008). A centralidade da empresa na organização das cidades não é uma novidade, mas tais acontecimentos são indícios de que atingiram-se relações assimétricas entre a empresa e o local onde se instala, a ponto de condicionar a manutenção de um município à permanência de um grande empreendimento de alto risco, tal como expresso pelo Prefeito de Mariana, a respeito da necessidade de preservação da mineradora em meio às possibilidades de punição dos responsáveis pelo desastre (BRAGON, 2015).

Uma das atividades que tem interferido na organização espacial de diferentes tipos de cidades no Brasil é a reativação ou formação de polos navais - por meio da intervenção do Estado - com a instalação de grandes empreendimentos, como os estaleiros. Entre os anos de 2003 e 2014, o número de estaleiros em operação no país passou de 2 para 10, salto impulsionado pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) (PETROBRAS, 2014).

No município de São José do Norte, ao sudeste do Rio Grande do Sul, é possível acompanhar a inversão de atividades econômicas pela qual este vem passando, principalmente a partir da instalação do Estaleiro EBR, que insere o município no Polo Naval do Rio Grande, em conjunto com os estaleiros em operação no porto da vizinha cidade do Rio Grande. Entre outras mudanças, é possível observar a inversão do tipo de registros de emprego predominante no município (**Gráfico 1**). Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), até o ano de 2013 era predominante o registro de empregos relacionados às atividades agropecuárias, de caça e pesca, com crescente número de registros na indústria de materiais de transporte, atividade correspondente às operações do estaleiro EBR, tornando-se esta a atividade econômica predominante no município a partir do ano de 2014.

Gráfico 1: Admissões em São José do Norte, entre 2009 e 2014



Fonte: Adaptado de CAGED(2015)

A instalação do estaleiro EBR em São José do Norte se dá em meio às políticas do Governo Federal de incentivo ao conteúdo local¹ na produção de equipamentos para a exploração de petróleo no chamado pré-sal². O estaleiro EBR compõe com os estaleiros ERG1 e ERG2, em operação na cidade do Rio Grande, o Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno. A empresa é formada por 50% de capital nacional (Setal Óleo e Gás) e 50% de capital estrangeiro (Toyo), registrada como brasileira - e com nome brasileiro, beneficiando-se de recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), por meio do Fundo da Marinha Mercante para a sua construção. Foi ressaltado - em audiência pública realizada no município - o número de equipamentos necessários à exploração de petróleo pela Petrobras como fator importante para a construção desse estaleiro de grandes dimensões e alta capacidade de operação, “o maior da América Latina”, como afirmou na ocasião o Diretor-Presidente da empresa (EBR, 2011).

Até a inserção do município no polo naval, São José do Norte poderia ser caracterizado como uma cidade local (SANTOS, 2008b), com baixa concentração tecnológica moderna. Vinha sendo afetado pela ideia de empresa, na medida em que estava inserida na periferia no Mundo Empresa (SOLÉ, 2008) como fornecedora de matéria prima agrícola para a indústria alimentícia. Essa forma de inserção ocorreu de modo que manteve sua formação espacial mais relacionada aos aspectos rurais, preservando uma arquitetura urbana predominantemente horizontal (formada por casas e não por condomínios verticais), baixa densidade populacional e baixo fluxo de automóveis, entre outras características que diferenciam a cidade dos centros urbanos caracterizados como modernos. Mesmo em contato com a lógica empresarial por um longo período de atividade econômica realizada principalmente em torno da produção de cebola, integrada a um sistema de distribuição do produto para outros locais, a ausência de grandes empresas modernas no âmbito local pode ter influenciado na manutenção dessas características.

A complexidade das mudanças observadas atualmente no município de São José do Norte diante da instalação e proposta de novos empreendimentos industriais, como um parque eólico e uma mineradora, pouco relacionados com as atividades primárias até então desenvolvidas no local, apresenta-se como oportunidade singular de análise sobre como e por que ocorre o processo de empresarização do espaço nessas condições. Identificar quais são as relações envolvidas, como e por que se estabelecem, pode revelar elementos que permitam caracterizar especificidades do processo de empresarização nesse contexto.

Considerando as características do município e o referencial teórico proposto para a análise das modificações em curso, argumento que, sob o capitalismo dependente, a ideologia do progresso ganha força como traço característico do processo de empresarização e, sob o discurso da promoção de melhores condições de vida, promove a transformação de cidades locais em pseudocidades (SANTOS, 2008a), uma vez que reduz sua autonomia econômica e reproduz relações características do capitalismo dependente (FERNANDES, 1976), nas quais atores externos aliam-se às elites locais na condução de transformações necessárias às suas operações. Inicialmente, propõe-se a compreensão da influência do mito do progresso no processo de disseminação do Mundo-Empresa.

¹ Prominp - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, instituído pelo Decreto 4.925, de 19/12/2003.

² Denominação dada à área de formação geológica posterior à camada de sal, localizada no litoral brasileiro, com possibilidade de exploração de petróleo. “No atual contexto exploratório brasileiro, a possibilidade de ocorrência do conjunto de rochas com potencial para gerar e acumular petróleo na camada pré-sal encontra-se na chamada província pré-sal, uma área com aproximadamente 800 km de extensão por 200 km de largura, no litoral entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo” (PETROBRAS, 2015).

2 A disseminação do Mundo-Empresa sob o mito do progresso

A expansão dos domínios da empresa é o tema da teoria da empresarização, pela qual se compreende que essa é a força organizadora do mundo ocidental moderno. Na perspectiva de Solé (2008), a história da humanidade pode ser compreendida como uma sucessão de mundos que são caracterizados por uma força organizadora central. Segundo o autor, na sociedade ocidental moderna tal força organizadora, aquela que orienta seu conjunto de crenças, sua organização política e econômica, sua estética, suas relações com o tempo e com o espaço, é a empresa. A partir dessas considerações, o autor refere-se a este mundo como o Mundo-Empresa.

Mas como a empresa adquiriu esse status de “força organizadora” do mundo moderno e se consolidou como “a organização fundamental de um mundo, aquela que o caracteriza e impregna mais a vida de seus habitantes, suas relações, seus sonhos, seus medos?” (SOLÉ, 2008, p. 42). Buscando responder a essa questão, Solé (2008) revisa os clássicos sobre a formação da sociedade ocidental moderna em contraste com estudos sobre sociedades tradicionais, como o trabalho de Louis Dumont sobre a gênese e disseminação da ideologia econômica.

Segundo Dumont (2000), há uma inversão de valores se comparadas as sociedades tradicionais com as sociedades modernas que está intimamente ligada a uma nova concepção de riqueza. O autor afirma que “nas sociedades tradicionais, as relações entre os homens são mais importantes, mais altamente valorizadas do que as relações entre os homens e as coisas” (Dumont, 2000, p. 16). Dumont (2000, p. 17) afirma que “nas sociedades tradicionais em geral, a riqueza imobiliária é claramente distinta da riqueza mobiliária; os bens de raiz são uma coisa; os bens móveis e o dinheiro, outra”. Segundo o autor, é na sociedade moderna que a riqueza mobiliária (como os citados bens móveis e o dinheiro) não só ganha autonomia, como é valorizada enquanto forma superior de riqueza.

Para Sahlins (1977, p.13, tradução nossa), por exemplo, “assegurar que os caçadores eram opulentos significa então negar que a condição humana é uma tragédia decretada onde o homem é prisioneiro do trabalho árduo que significa a perpétua disparidade entre suas necessidades ilimitadas e a insuficiência dos seus meios”, ou seja, significa negar a ordem econômica e desvelar o mito da escassez. Sahlins (1977) afirma, ainda, que são possíveis dois caminhos para que se chegue à abundância: produzindo muito ou desejando pouco. Segundo o autor, termos caminhado no sentido da consolidação da ordem econômica, base da disseminação da empresa, foi uma decorrência da opção pelo primeiro caminho como o mais apropriado.

Os estudos de Clastres (2013) também demonstram que a ordem econômica não é a única possível e que outras formas de organização são possíveis e se mantêm conscientemente apartadas de configurações hierárquicas e individualistas. Ele ressalta as especificidades das sociedades “sem lei e sem rei”, que não podem ser caracterizadas como sociedades sem Estado ou sem economia, mas como sociedades que optam por outros tipos de organização, não hierárquicos. As sociedades primitivas são essencialmente igualitárias, não havendo o exercício do poder político pelo Estado, que poderia impor a substituição do lazer e recusa ao trabalho pelo gosto e necessidade de acumulação (CLASTRES, 2013). A caracterização dessas sociedades sob o viés da falta: sociedades sem estado, sem escrita, sem história..., dissimula um juízo de valor, na medida em que orienta à compreensão de que essas sociedades estão privadas de algo considerado necessário para que sejam percebidas como verdadeiras sociedades. Encobre, também, uma face etnocentrista da história, pois toma as sociedades tradicionais como sobreviventes anacrônicos, como representantes de uma etapa ultrapassada da história humana, esta tomada a partir de um desenvolvimento linear, da

selvageria em direção à civilização (CLASTRES, 2013). Trata-se, em suma, da defesa do progresso como algo necessário.

No Mundo-Empresa, o crescimento econômico é uma imposição. Segundo Solé (2008, p. 30), “o tempo da empresa é concebido como uma flecha orientada para o futuro”, o que implica na lógica de acumulação e reinvestimento em inovação, alimentando o furacão perpétuo de destruição criadora que caracteriza a dinâmica capitalista, como afirma Schumpeter (1971). Ao que Schumpeter (1961) chama de dinâmica capitalista, Solé (2008) prefere chamar de empresarização, por considerar que essa dinâmica extrapola aspectos econômicos, implicando outras dimensões, como a política, a cultural e a cognitiva, por exemplo.

Ao mesmo tempo em que o Mundo-Empresa se sustenta em meio às promessas de satisfação das necessidades humanas fundamentadas na ideologia do progresso, foram sendo percebidos e vivenciados ao longo do tempo aspectos negativos dessa lógica. A fim de melhor compreender como, apesar dos males que pode produzir, o conceito de progresso é adaptado ao longo do tempo e permanece contribuindo para a manutenção da empresa como força organizadora central na sociedade ocidental moderna, apresentam-se a seguir diferentes considerações em torno desse conceito, desde a antiguidade até os dias atuais.

3 Diferentes concepções sobre o progresso: mudando para manter a legitimidade

Sob o discurso de que irão gerar melhores condições de vida, emprego e renda para a população local, grandes empresas obtêm vantagens junto ao Estado, instalam-se e atuam de acordo com seus interesses. Como afirma Dupas (2007, p. 73, grifo do autor), se estabelece um paradoxo:

[a] capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse *progresso*, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais.

No livro “O Mito do Progresso”, Dupas (2006) se propõe a realizar a exegese do conceito de progresso em busca de diferentes significados a ele atribuídos e procurando identificar a quem ele tem servido, “quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando e que catástrofes futuras ele pode ocasionar” (DUPAS, 2006, p. 26). Para o autor, a ideia de progresso pode ser compreendida tanto como mito quanto como ideologia. O progresso é entendido como mito, uma “forma atenuada de intelectualidade, usada como instrumento de controle social” (DUPAS, 2006, p. 23) e como ideologia, considerando o sentido dado por Marx e Engels em “A Ideologia Alemã”, como “instrumento de dominação” e como “falsa consciência” (DUPAS, 2006, p.24).

A partir dessas considerações, Dupas (2007, p. 77) define o progresso como “um mito renovado por um aparato ideológico interessado em convencer que a história tem destino certo e glorioso”. Dupas (2006) analisa o conceito de progresso como uma ideia-força - algo que representa os anseios dos seres humanos num determinado momento e que interfere de forma representativa na orientação dos acontecimentos históricos. Para Dupas (2006, p. 30), “[a ideia de] progresso supõe que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que conduza a um maior número de pessoas felizes”.

De acordo com Dupas (2006), a gênese da ideia de progresso está entre os gregos, percebido como ciclos que alternavam entre períodos de esplendor e de decadência e que essa ideia consta na obra ‘As Leis’ de Platão, quando descreve o desenvolvimento da vida social

até a formação das cidades. O autor descreve o percurso da noção de progresso, passando por percepções do decurso histórico como ascendente, como alternado entre períodos de declínio e progressão, como espiral ascendente - formado por ciclos em que o retorno se dá num ponto superior ao ciclo anterior ou, ainda, como na percepção de Maquiavel, como resultado do acaso e desprezando a ação racional humana.

No século XVII, surgiram novas concepções alinhadas com a invenção da pólvora, da imprensa e da bússola e que conduziram à associação entre progresso e ciência, característico da sociedade moderna. No século XVIII, as discussões ocorriam em torno do aumento da influência do racionalismo, da relação entre o avanço intelectual e o progresso. Ao mesmo tempo, surgiram discussões em torno dos conceitos de igualdade, justiça social e soberania popular que se contrapunham à ideia de progresso como algo benéfico e necessário, dominante no Ocidente nesse período.

A valorização do progresso por meio da produção de conhecimento técnico e científico foi característica do Iluminismo, movimento desafiador de posições teológicas - impulsionado pela Revolução Industrial - e que torna comum o uso dos termos progresso, desenvolvimento e evolução como sinônimos (DUPAS, 2006). Sobre esse período, o autor destaca também a associação entre progresso e crescimento econômico, colocada por Voltaire pela inseparabilidade entre comércio, liberdade e progresso, até chegar à obra de Adam Smith, “A riqueza das nações”. Nessa obra, Smith (1988, 1996) trata do apelo aos egoísmos como mecanismo de troca e do necessário esforço individual pela melhoria das próprias condições de vida como modo de promoção de melhores condições para a coletividade.

No século XIX destacou-se o lema “Ordem e Progresso”, indicado por Comte (1978) como caminho para a reorganização da sociedade. Conforme Comte (1978, p. 42), o estado positivo “põe como fim da ciência a previsão racional fundada em leis”. Afirma, ainda, que “o positivismo faz da ordem a condição do progresso e do progresso a meta da ordem. Assegura a ordem e garante o progresso” (COMTE, 1978, p. 65). Ele define progresso como “uma progressão contínua na direção de um alvo determinado” (COMTE, 1978, p. 69) e a filosofia positivista como aquela que indica o destino da existência humana, tanto pessoal como social, orientado para o melhoramento contínuo da condição e natureza humanas. Ainda segundo o autor, ao elevar-se a noção de progresso a dogma fundamental da sabedoria humana prática ou teórica, “imprime-lhe o caráter mais nobre e, ao mesmo tempo, o mais completo sempre representando o segundo gênero de aperfeiçoamento como superior ao primeiro” (COMTE, 1978, p. 69).

Ainda sobre o século XIX, Dupas (2006) afirma que a ideia de progresso foi marcada por sintomas de descrença no âmbito intelectual. Especialmente após a Primeira Guerra Mundial, dissemina-se a crítica às ideias valorizadas até então, como a divisão do trabalho, o culto à tecnologia e à razão moderna. Porém, a decepção com a experiência soviética – que se apresentava como uma experiência de socialismo, em oposição ao individualismo – contribuiu para a retomada do mito, em torno da possibilidade de construção de uma “sociedade futura do lazer puro e intelectual, onde se poderia receber sem trabalhar, numa espécie de Terra Prometida baseada no progresso técnico” (DUPAS, 2006, p. 58).

Dupas (2006) destaca a crítica elaborada por Walter Benjamin, uma denúncia da quantificação e mecanização da vida e das distorções que o discurso do progresso provoca nas relações sociais. Uma crítica à ideia de progresso é apresentada nas teses sobre a história defendidas por Benjamin (1985). O autor comenta um desenho de Paul Klee, “Angelus Novus”, descrevendo a imagem de um anjo que, em vez de perceber o decurso da história como uma sequência de eventos, a percebe como uma catástrofe única, a qual pretende controlar e reverter, mas é impedido por uma forte tempestade emaranhada em suas asas e que o empurra, de frente para o passado, em direção ao futuro, de modo que vê os destroços

amontoando-se diante dele. A tempestade é a metáfora utilizada pelo autor para referir-se ao progresso.

Löwy (2005) apresenta uma análise das teses elaboradas por Walter Benjamin, as quais representam a proposição deste sobre uma concepção de história aberta e de oposição à ideologia do progresso. Para Löwy (2005), Walter Benjamin se opõe à ideia de “revolução como o resultado ‘natural’ ou ‘inevitável’ do progresso econômico e técnico (ou da ‘contradição entre forças e relações de produção’), mas como a interrupção de uma evolução histórica que leva à catástrofe” (LÖWY, 2005, p. 23).

Outras abordagens que interferem na elaboração de novas concepções sobre progresso, segundo Dupas (2006), são as doutrinas psicanalíticas e dos pesquisadores da Escola de Frankfurt. As considerações de Freud sobre o uso do conhecimento para o controle da natureza e o ajuste das relações entre os homens influenciaram os questionamentos elaborados por Marcuse sobre as contribuições do progresso técnico para o aperfeiçoamento humano e para a uma existência livre e feliz (DUPAS, 2006).

A operação dos mercados sob a lógica global e dos estados sob o neoliberalismo passaram a vigorar a partir do final do século XX, favorecendo processos de acumulação em progressão geométrica por parte de corporações globais (DUPAS, 2005). A necessidade de requalificação e revalorização do conceito de progresso fica mais evidente na atuação das grandes corporações globais, marcada pelo acirramento das desigualdades, devastação do meio ambiente e precarização das relações de trabalho, por exemplo. Essas condições promovem, por um lado, a mobilização social, atuando como freio aos anseios de ganho das empresas e, por outro, concepções de progresso atenuadas por termos como a responsabilidade social e a responsabilidade ambiental (DUPAS, 2005). A filantropia é um dos mecanismos de legitimação adotado pelas empresas, como afirma Dupas (2005), que incorporam um discurso de responsabilidade social, ambiental, etc. com a intenção de responder às questões negativas provocadas pelo capitalismo global e conter a rejeição à sua atuação.

A ideia de desenvolvimento sustentável pode ser considerada uma tentativa de prolongar o mito do progresso. Segundo Abraham (2006), essa caracterização esvazia-se de uma carga crítica na medida em que não põe em questão a evidência moderna de que a felicidade da humanidade está condicionada pela satisfação de necessidades crescentes. Ainda conforme o autor, o crescimento econômico mantém-se como um imperativo categórico, de maneira que o desenvolvimento sustentável alimenta a possibilidade de manter por mais tempo o crescimento da produção. Para Abraham (2006, p. 345) “o tema do ‘desenvolvimento sustentável’ não ameaça o mito fundador da escassez e a obsessão pelo crescimento que justifica esse mito”. Em contrapartida, o autor chama a atenção para movimentos como simplicidade voluntária ou decrescimento voluntário, uma vez que estes põe em questão o mito de que as necessidades são infinitas.

Ao passo que as mudanças de concepção sobre progresso que foram orientadas ao enfraquecimento dos movimentos sociais contra as atividades prejudiciais das empresas, foram produzidas ao longo do tempo propostas de desenvolvimento que se colocam como oposição ao desenvolvimento moderno. São exemplos as propostas de desenvolvimento endógeno, que inspiraram o Nacional Desenvolvimentismo dos anos 1950 no Brasil durante o governo de Juscelino Kubitschek (FURTADO, 2013), as considerações de Furtado (1974) sobre o mito do desenvolvimento econômico e as noções de Bem Viver, incorporadas às constituições do Equador e da Bolívia (GUDYNAS; ACOSTA, 2012).

Ao tratar do mito do desenvolvimento econômico como um desdobramento do mito do progresso, Furtado (1974) descreve alguns dos efeitos da opção pelo crescimento acumulativo, como a criminalidade e os danos ao meio ambiente. Critica a opção pelo crescimento orientado às exportações e pela aspiração de modos de produção e consumo

estrangeiros, indicando a necessidade de atenção a fatores internos e às possibilidades de desenvolvimento orientado às potencialidades humanas.

... o *desenvolvimento econômico* – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável [...] Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar a atenção da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*. (FURTADO, 1974, pp. 75-76, grifos do autor).

Entendo que as proposições de Furtado (1974) reforçam a ideia de que o mito do progresso promove a disseminação da empresa como força organizadora do mundo moderno, ao apontar quatro aspectos da atuação das empresas nos chamados países periféricos: (i) controle da inovação; (ii) transações internacionais; (iii) operação internacional que transcende a atuação dos estados nacionais/governos e, (iv) grande liquidez fora do controle dos bancos centrais e fácil acesso ao mercado financeiro internacional. O autor afirma que, dessa forma, as empresas interferem nos modos de atuação política e nas funções do Estado, considerando que “[o] crescimento do aparelho estatal é inevitável, e a necessidade de aperfeiçoamento de seus quadros superiores passa a ser uma exigência das grandes empresas que investem no país” (FURTADO, 1974, p. 68). Outro aspecto que pode ser ressaltado a partir das proposições do autor diz respeito à atenção aos países periféricos como espaços propícios à disseminação da empresa em torno dos interesses dos países cêntricos.

Ao modo de desenvolvimento imposto pelos agentes externos, Furtado (2000) propõe uma concepção mais ampla de desenvolvimento, considerando o que chama de desenvolvimento endógeno, baseado na substituição de importações e fortalecimento do mercado interno. Por endogeneidade o autor define a “faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas (FURTADO, 1984, p. 108). Ainda que orientado às especificidades locais, tal proposta mantém o crescimento econômico como aspecto a ser considerado, mas subordinado às questões sociais, ambientais e culturais. Maior atenção é indicada pelo autor às possibilidades de desenvolvimento das potencialidades humanas.

Para Gudynas e Acosta (2011), os conceitos de *Buen Vivir* põem em questão as ideias de progresso imbricadas na cultura latino-americana, que tomam o crescimento econômico como essência e as exportações e captação de investimentos estrangeiros como princípio. Segundo os autores, esses conceitos “apresentam-se como um vínculo direto com os saberes tradicionais que eram subordinados, questionam as transplantações culturais e se afastam da ideia de desenvolvimento como crescimento econômico ” (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p. 104, tradução nossa). Ainda conforme os autores, o conceito de bem viver - em construção - incorpora os debates que questionam os pressupostos modernos dominantes, tais como a acumulação mecânica e continuada de bens materiais. Os autores apresentam como expressão de oposição à perspectiva dominante o fato de que a palavra progresso aparece de forma marginal na constituição do Equador e sequer é mencionada na constituição boliviana.

Tais práticas de oposição ao modo de desenvolvimento que se impõe, pautado no mito do progresso são, como exposto, pontuais, tais como as experiências vivenciadas em Quebec que inspiram as teorias sobre decrescimento e as iniciativas latino-americanas analisadas por Gudynas e Acosta (2011). No Brasil, destaca-se um élan modernizador como elemento condutor da disseminação da empresa no país ao longo da consolidação do capitalismo dependente, tal como caracterizado por Fernandes (1976). Ao analisar a

Revolução Burguesa no Brasil, o autor apresenta particularidades da formação dessa classe no país e implicações de suas características no modo de desenvolvimento aqui vivenciado. Segundo Fernandes (1976), as diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo no país são marcadas por forte influência do processo de colonização e pelo longo período de transição entre o trabalho escravo e o trabalho formalmente livre. O autor caracteriza o capitalismo brasileiro como dependente e duplamente articulado entre o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa.

4 O élan de modernizar: a empresarização sob o capitalismo dependente

Nos países caracterizados como subdesenvolvidos, pela industrialização tardia em relação aos países centrais, o mito do progresso se converte em força impulsionadora do desenvolvimento. O “élan de ‘modernizar’”, como afirma Fernandes (1976a, p. 29) está por trás do incentivo à industrialização no Brasil desde os movimentos pela independência.

O processo de instalação e expansão do capitalismo no Brasil, segundo Fernandes (1976), pode ser analisado em três fases inter-relacionadas: (i) eclosão de um mercado capitalista moderno; (ii) formação e expansão do capitalismo competitivo e, (iii) irrupção do capitalismo monopolista. A primeira é considerada uma fase de transição neocolonial, delimitada nessa classificação pelo período que se estende desde a vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos até pouco depois da metade do século XIX, com a crise do sistema escravista. A segunda fase é caracterizada pelo autor como um período de consolidação do mercado competitivo, e compreende o que Florestan Fernandes ressalta como a primeira transição industrial importante no país, ocorrida em torno de 1850 e que vai até 1950. A terceira fase é descrita em função do processo de reorganização do mercado e do sistema de produção por meio de “operações comerciais, financeiras e industriais da 'grande corporação' (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista)” (FERNANDES, 1976, p. 224). A fase caracterizada como capitalismo monopolista tem início na década de 1920, mas a industrialização ocorre com maior intensidade em outros dois períodos: um de enfoque nacionalista, nos anos 1950, especialmente na fase desenvolvimentista que caracteriza o governo de Juscelino Kubitschek; outro em 1964, com o regime militar, regido pela intervenção do capital estrangeiro, predominantemente o norte-americano.

Prado Júnior (1989) também investiga de que maneira a inserção do país na economia capitalista - como elemento periférico e subsidiário - implica nas possibilidades de desenvolvimento, definido pelo autor como “a condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o conforto e o bem-estar material e moral que a civilização e a cultura modernas são capazes de proporcionar” (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 15).

A formação econômica do Brasil, iniciada em torno da exploração do pau-brasil e posterior agricultura voltada para as exportações, pautada na grande propriedade rural construída em torno da produção de cana-de-açúcar e de café, constituiu o que Prado Júnior (1969, p. 22) caracterizou como “um tipo de sociedade inteiramente original”, “uma vasta empresa comercial”, de função exportadora, que contou com um longo período de escravidão e uma trajetória de lucros elevados para proprietários e exportadores, além de uma cultura de subordinação de grande parte da população aos interesses desses atores. A formação social em favor de privilégios para as elites permitiu priorizar grandes áreas de produção voltadas à exportação em detrimento da produção de alimentos para o consumo interno, por exemplo, demonstrando o acentuado interesse em ganhos particulares. A concentração dos capitais no meio rural se mantém na consolidação das primeiras companhias e sociedades anônimas nacionais (PRADO JÚNIOR, 1969), demonstrando que o desenvolvimento alcançou setores privilegiados e não a população do país.

A orientação da produção rural para a exportação e não para o consumo interno é uma das especificidades do desenvolvimento do capitalismo no contexto brasileiro que favoreceu uma transição demorada e marcada pela baixa autonomia econômica (FERNANDES, 1976). Tal situação só viria a ser alterada com a constituição de um estado nacional e busca de maior integração da economia nacional, por meio de mudanças introduzidas nas relações entre as elites internas e externas a partir da autonomização política.

Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heteronômica, outra com tendências dinâmicas autônomas ainda em vias de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de ‘**capitalismo dependente**’ (FERNANDES, 1976, pp. 89-90, grifo nosso).

As relações de dependência estão vinculadas a um processo de industrialização pautado na “assimilação de técnicas, instituições e valores sociais importados da Europa, ou, em menor escala, dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2008, p. 69). Essa assimilação, porém, não foi literal, considerada sua inter-relação com elementos como a reserva de trabalho, as altas margens de lucro dos empresários e “disposições subjetivas que fazem da industrialização um valor social de caráter moral” (FERNANDES, 2008, p. 75). Tomada como um valor social de caráter moral, a industrialização é apontada como o caminho seguro para o atendimento de um afã pela modernização e para o atendimento de uma vontade de tornar o Brasil um país civilizado.

Fernandes (1976) destaca a participação do Estado na aceleração da irrupção do capitalismo monopolista. Essa etapa pode ser considerada em duas fases: a primeira correspondente ao governo de Juscelino Kubitschek e a segunda durante os governos militares posteriores ao golpe de 1964. Destaca-se que durante a ditadura militar registraram-se altos índices de concentração de renda acompanhada dos piores níveis de renda para os trabalhadores, numa fase em que era reprimida a organização dos trabalhadores e em que foi possibilitado o aumento de salários abaixo dos ganhos com produtividade (FERREIRA, 1993).

Com a consolidação do capitalismo global, intensifica-se o controle externo pelas grandes empresas, com a implementação de “um novo estilo de organização, de produção e de marketing. Com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos” essas grandes empresas “se apoderam das posições de liderança – através de mecanismos financeiros, por associação com sócios locais, por corrupção, pressão e outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus ‘*policy-makers*’ ” (FERNANDES, 2009, p.27). Trata-se de um processo que o autor denomina de imperialismo total.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, à modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional, etc. (FERNANDES, 2009, p.27).

Segundo Ianni (1975), tanto o conceito de imperialismo quanto o de dependência não apresentam uma compreensão homogênea. Hora são tratados como sinônimos, hora como pares. Ianni (1975) apresenta uma explicação para a relação entre os conceitos, caso considerados como reciprocamente referidos:

[...] as relações de dependência seriam as relações econômicas, políticas, sociais e culturais geradas no interior do país subordinado. **Para operar desde o país dominante, os interesses imperialistas (econômicos, militares, culturais ou outros) precisam criar, desenvolver e reproduzir, no interior do país subordinado, situações e relações especiais de dependência.** Assim, a burguesia imperialista precisa aliar-se a uma burguesia (ou fração) dependente para realizar os seus interesses. É claro que aquela e esta repartem tarefas e resultados. Da mesma forma, a burguesia imperialista precisa capturar, em algum grau, o aparelho estatal do país subordinado. Daí a importância de conquistar ou cooptar políticos, burocratas, administradores, técnicos, intelectuais que operam ou podem operar nas esferas de poder (IANNI, 1975, p. 59, grifo nosso).

Ainda que se possa observar a concentração de riqueza no mundo e o crescimento da desigualdade social, tal como apontam Duménil e Lévi (2014), ressalta-se que no Brasil esta foi uma característica estruturante do desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, o crescimento econômico no país não foi acompanhado pelo desenvolvimento de uma economia interna que possibilitasse certo nível de atuação e de melhores condições de vida para a população. A análise atualizada do desenvolvimento do capitalismo no contexto brasileiro permite verificar a permanência de alguns elementos do caráter dependente e duplamente articulado apontados por Fernandes (1976). As novas formas que está assumindo o capitalismo nos países periféricos não são independentes do movimento global do sistema que se adapta para garantir a continuidade dos ganhos para os grupos dominantes, com algumas concessões no âmbito social, ambiental e democrático, mas que, segundo Dupas (2005), são apenas paliativos necessários à legitimação da atuação das grandes corporações, a fim de conter os movimentos sociais que já despertaram para os danos por elas causados.

De acordo com Santos (2000), a periferia apresenta crescente importância nessa dinâmica, como espaço potencial para a atuação das grandes corporações e também como local de gestação novo tipo de globalização, mais humanizado. Entendo que os interesses deslocam-se no interior dos países em desenvolvimento em direção aos espaços ainda pouco afetados pela lógica empresarial, como é o caso das cidades locais, caracterizadas pela baixa concentração de conteúdo tecnológico moderno. A caracterização desses locais como precários ou atrasados favorece a disseminação da empresa nesses espaços, sob o mito do progresso.

5 A transformação de cidades locais em pseudocidades como parte do processo de empresarização do espaço urbano periférico

Entre as características do processo de globalização e conseqüente mundialização do espaço apontadas por Santos (1994), consideram-se como relevantes para a compreensão da relação entre cidades locais e empresarização no contexto do capitalismo dependente aspectos como: (i) a transformação dos locais em espaços da economia internacional, (ii) a intensificação da atuação de atores externos na regulação de atividades localizadas, em relação às formas espaciais (objetos) e às normas sociais (regulamentos jurídicos, técnicos ou financeiros); (iii) a produtividade espacial como fator tensão entre a empresa e a cidade, configurando-se como uma ameaça constante; (iv) a empresa como critério na configuração de horizontalidades e verticalidades.

Para o detalhamento desses aspectos, é necessário retomar algumas definições propostas por Milton Santos para a compreensão da formação do espaço urbano e das especificidades desse processo em países periféricos, como a definição de espaço e de algumas categorias necessárias à sua análise: sistemas de objetos, sistemas de ações, horizontalidades e verticalidades, assim como a definição de cidade e de diferentes

configurações possíveis em países não centrais, como no caso brasileiro: circuito superior, circuito inferior, cidades locais, metrópoles e pseudocidades.

Santos (2009a, p.63) define **espaço** como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”, sendo o processo de formação espacial compreendido como um processo histórico, no qual o espaço não é apenas palco de acontecimentos, mas condição para a sua realização. O espaço não deve ser compreendido como uma coisa ou sistema de coisas, nem como o resultado da interação entre homem e natureza bruta, mas “como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 1988, p. 9).

A materialidade compreende objetos e coisas, “estas sendo o produto de uma elaboração natural, enquanto os **objetos** seriam o produto de uma elaboração social”, as coisas da natureza e os objetos resultantes do trabalho (SANTOS, 2009a, p. 64). Tudo tende a ser objeto na atualidade, inclusive a natureza, à qual é atribuído um valor, ironicamente, ressalta o autor, pelo próprio movimento ecológico. Para o autor, são os eventos que mudam as coisas, transformando os objetos e dando a eles novas características e configurando novas situações. O autor classifica os objetos como naturais ou sociais, sendo os primeiros resultantes dos movimentos da natureza e os demais comandados pelos movimentos da sociedade.

As **ações** são consideradas pelo autor como comportamentos dotados de intencionalidade, “um processo dotado de propósito” (SANTOS, 2009a, p. 78), subordinado a normas escritas ou não, formais ou informais, e que implicam em um gasto de energia (trabalho), pelo qual o agente muda alguma coisa e a si mesmo. Santos (2009a) ressalta que a ação é própria do homem, mas não está restrita aos indivíduos, incluindo empresas e instituições, realizando-se por meio deles. Ainda segundo o autor, as “ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e leva a funções.

Sobre especificidades do contexto periférico, o autor ressalta algumas considerações. Segundo Santos (2008b, p.38), nos chamados países subdesenvolvidos, ou seja, os que não compõem o centro do processo de modernização, “o fenômeno da modernização tecnológica cria estruturas novas que se impõe às estruturas preexistentes nas cidades, provocando sua modificação ao contato com novas realidades”. Nos locais onde a modernização é mais recente, a modernização cria dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços: um **circuito superior** e um **circuito inferior**, de forma integrada. O primeiro é resultado direto da modernização tecnológica e “consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles”, enquanto o segundo é um resultado indireto do processo de modernização, “que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas”.

Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-“capital intensivo”, pelos serviços não modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 2008b, p. 40).

Para Santos (2008a), o crescimento econômico orientado para as necessidades locais e a capacidade de formar uma economia local é o que caracteriza uma verdadeira **cidade**. A dependência de atividades primárias - como a extração, ou industriais - como no

caso da indústria naval - e a incapacidade de gerar um crescimento auto-sustentado caracterizam o que o autor chama de **pseudocidades**. De acordo com Santos (2008a, p. 86), “a verdadeira cidade cria, a partir da economia local, seu crescimento econômico”.

Quatro tipos de cidades compõem a rede urbana: (i) as metrópoles completas; (ii) as metrópoles incompletas; (iii) as cidades intermediárias ou regionais e, (iv) as cidades locais. Segundo o autor, “a definição e o conteúdo de cada um desses níveis é função das condições da organização do espaço no atual período tecnológico” quanto às “formas modernas de vida econômica, social e política” (SANTOS, 2008b, p. 332). O autor faz referência, por exemplo, às implicações da modernização dos sistemas produtivos na agricultura e na pecuária na configuração espacial das cidades.

Cidades locais são definidas por Santos (2008b) como representativas das formas de maior dispersão dos recursos tecnológicos do período histórico atual e as metrópoles completas como as representativas das formas de maior concentração desse tipo de recursos. Segundo o autor, a cidade local é uma unidade mínima de caracterização de um local como cidade, “a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 2008a, p. 88). Ainda conforme o autor, a cidade local encontra-se na periferia do sistema urbano e contrasta com os sistemas/circuitos superiores, caracterizados como intensivos em tecnologia atual, mas está a eles interligada e seus fluxos são modificados conforme as técnicas desenvolvidas e instaladas ao longo do tempo.

Santos (1988) considera que a velocidade e o volume das comunicações e transportes tornam possível a flexibilização dos fluxos entre as diferentes configurações. As cidades do circuito superior, intensivas em tecnologia atual, incorporam os circuitos inferiores. Significa, por exemplo, que uma metrópole completa integra diferentes níveis inferiores de relação à sua composição. As relações entre cidades e definição de regiões passam a ser considerada menos em função da proximidade, mas pelo tipo de relações estabelecidas em torno da produção, distribuição e consumo e a da formação de áreas de especialização produtiva. No contexto do neoliberalismo, Santos (1994, p. 92) afirma que “O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais”. Ideia complementada pelo autor no livro “A Natureza do Espaço”, ao afirmar que esses arranjos organizacionais “são criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento de sua existência e definição” (SANTOS, 2009a, p. 285).

No contexto da globalização, quando a informação ganha importância como elemento da configuração territorial, Milton Santos sugere novas dimensões para tratar a fragmentação dos espaços, que são as **horizontalidades** e **verticalidades**. As horizontalidades representam os lugares contíguos, vizinhos, “reunidos por uma continuidade territorial”, enquanto as verticalidades representam os lugares em rede, “pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 2008a, p. 139).

Nas cidades locais onde se instalam grandes empreendimentos, as principais decisões passam a ter origem nas verticalidades, promovendo a sua transformação em pseudocidade, na medida em que perdem sua capacidade de subsistência, ou seja, de criação de desenvolvimento de forma autônoma, por meio de uma economia local. Sua autonomia é reduzida, tornando-se a empresa uma força organizadora ainda mais poderosa, na medida em que torna o local dependente de suas operações. Uma relação que não se restringe ao caráter dependente do capitalismo desenvolvido no contexto brasileiro, em termos de orientação dos investimentos e da técnica, por exemplo, mas ao condicionamento da existência do local ocupado. A suspensão das atividades ou a saída do empreendimento do local tornam-se uma constante ameaça (DUPAS, 2005).

6 A transformação de cidades locais em pseudocidades sob o mito do progresso

Retomam-se a seguir as características da mundialização do espaço apontadas por Santos (1994), buscando-se evidenciar fatores representativos da transformação de cidades locais em pseudocidades e a influência do mito do progresso nesse processo. As mudanças pelas quais vem passando o município de São José do Norte/RS, especialmente a partir da instalação da empresa Estaleiros do Brasil Ltda. (EBR) contribuem para a análise.

Considera-se a instalação do estaleiro como evento crítico que evidencia a disseminação da empresa sob o mito do progresso, uma vez que ao município, muitas vezes caracterizado como atrasado, apresenta-se tal empreendimento como possibilidade de modernização e promoção de melhores condições de vida para a população local. A participação de atores externos no processo de (re)organização que vem sendo vivenciado no município de São José do Norte é um acontecimento evidenciado com a instalação do estaleiro EBR mas também associado ao asfaltamento da BR101.

Os dados vêm sendo coletados por meio de registros em meio eletrônico de jornais e documentos, bem como a partir da pesquisa de campo, por meio de observação e entrevistas com atores representantes de organizações vinculadas ao processo de instalação do estaleiro no município.

(i) a transformação dos locais em espaços da economia internacional – com a instalação do estaleiro EBR no município de São José do Norte, algumas mudanças já começam a ser percebidas no local. O número de registros de emprego aumentou de 744 no ano de 2009 para 2.227 em 2014 (CAGED, 2015), por exemplo. No setor da indústria, o número de registros cresceu de 180, em 2009, para 823 em 2014, um número maior que nos demais setores e catalogados como referentes às operações do estaleiro EBR, caracterizando o forte vínculo econômico e social do local com uma só empresa. As decisões que orientam as operações no estaleiro são predominantemente exteriores ao âmbito municipal, como o mercado internacional no qual se insere a indústria naval e as decisões das empresas contratantes. Atualmente, apenas um projeto está em operação no estaleiro, correspondente à integração de módulos da plataforma P-74, contratado por meio de edital pela empresa Petrobras, o que evidencia a fragilidade das relações estabelecidas entre a empresa e o local. A inserção do projeto de construção do estaleiro no município por meio de uma política nacional que regulamenta a produção de conteúdo local bem como os interesses internacionais nas oportunidades criadas pela expansão da indústria naval e exploração de petróleo no país também compõe essa análise, na medida em que a empresa é composta por capital estrangeiro e que a produção naval foi recentemente retomada, ainda em vias de tornar-se competitiva no âmbito internacional.

(ii) a intensificação da atuação de atores externos na regulação de atividades localizadas, em relação às formas espaciais e às normas sociais – a redefinição de regulamentações sobre atividades, desvio de rotas públicas de deslocamento viário e a proposta de construção de um novo bairro residencial elaborado por empresa de consultoria e grupos vinculados ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul são exemplos da ampliação da atuação de atores externos ao município no direcionamento das atividades na produção de novas formas espaciais. A presença de representantes da empresa EBR é uma constante na divulgação de programas sociais, educacionais e de decisões sobre investimentos. A formação de um circuito superior, como a intensificação da atuação de bancos e fornecedores de materiais para o estaleiro também começa a ser evidenciada, assim como a formação de um circuito inferior, com a oferta de produtos e serviços à população crescente, como serviços de

alimentação e hospedagem. Quanto às operações da empresa na cidade, destaca-se a composição de mão-de-obra especializada oriunda de outros projetos.

(iii) a produtividade espacial como fator tensão entre a empresa e a cidade, configurando-se como uma ameaça constante – De acordo com Dupas (2005, p. 41, grifo do autor), a possibilidade de dizer não é o principal instrumento de poder das grandes corporações e do capital global: “*saio, não entro, não fico mais*”, o que se torna uma ameaça à realização dos sonhos de maior felicidade – por meio do vínculo com a empresa e por meio do consumo – para a população. Assim, o Estado passa a atuar como extensão da empresa, oferecendo condições favoráveis às suas operações. No caso de São José do Norte, destacam-se os investimentos em formação profissional por meio de programas do Governo Federal, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e das instituições de ensino instaladas na região, como universidades e institutos federais. A sociedade organizada também se mobiliza em favor das operações da empresa diante das tensões geradas em torno da possibilidade de interrupção das atividades do estaleiro em função do seu envolvimento nas investigações sobre irregularidades em contratos com a Petrobras, como expressa a manifestação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Rio Grande e São José do Norte (STIMMERG) (Figura 1).



Figura 1: Banner afixado pelo STIMMERG, próximo à hidroviária municipal

Fonte: Acervo pessoal, registro em 23/02/2015

(iv) a empresa como critério na configuração de horizontalidades e verticalidades – vem sendo debatida, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a redefinição dos municípios que compõe a região sul do estado, em função das atividades do Polo Naval ali instalado. A inserção do município de São José do Norte nas instâncias de discussão e deliberação sobre investimentos na região também pode ser verificada a partir da instalação e operações do Estaleiro EBR no município. É o caso, por exemplo, dos recentes contratos com a Caixa Econômica Federal para obras de pavimentação e também com o Governo Federal para viabilização da inserção do município no programa Minha Casa Minha Vida, como meio de redução do déficit habitacional (SÃO JOSÉ DO NORTE, 2015). Outro exemplo é a criação de uma cadeira de representação do município no Conselho de Autoridade Portuária (CAP, 2011). Até então, a cidade tinha forte vínculo com a cidade vizinha, Rio Grande, para onde a população se deslocava para trabalhar, fazer compras, receber assistência médica e social. Esse vínculo ainda se mantém, porém, com o início das

operações do estaleiro EBR, um fluxo intenso de trabalhadores pode ser observado deslocando-se em sentido contrário, de Rio Grande para São José do Norte. O município passou a contar também com unidades próprias de prestação de serviços públicos, até então inexistentes, como uma unidade de atendimento do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), inaugurada em 2014, e da Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social (FGTAS/SINE). Alguns empreendimentos comerciais vinculados a grandes redes de vendas de móveis e eletrodomésticos e farmácias também começam a se estabelecer no município. Outro aspecto pertinente a esta análise diz respeito à realocação das famílias habitantes da área onde hoje está construído o estaleiro. Foram negociados acordos de restituição econômica e realocação de cerca de 40 famílias, predominantemente constituídas por pescadores, que compunham parte da localidade identificada como Vila Nova.

6 Considerações finais

Se, por um lado, o município ganha certa autonomia na prestação de serviços à população, por meio da inserção de novos objetos, como as citadas sedes das agências de serviço social e estabelecimentos comerciais, o mesmo não ocorre no âmbito econômico, que, como explicitado, torna-se fortemente dependente de uma grande empresa em torno da qual orbitam muitas atividades, processo agravado no momento pela ausência de perspectivas de realização de novos projetos. Ressaltaram-se alguns aspectos representativos do caráter dependente do capitalismo que se desenvolve no contexto brasileiro, evidenciado pela articulação entre interesses dos grupos dominantes internos e externos. O caráter heteronômico, pelo qual são priorizados os interesses atores externos em vez de possibilidades de desenvolvimento autônomo e a cooptação de lideranças locais em benefício dos interesses das empresas contribuem para a transformação de cidades locais, como era o caso de São José do Norte, em pseudocidades.

Este trabalho se insere num esforço de apropriação da teoria da empresarização ao contexto brasileiro e de compreensão de processos de empresarização do espaço. Outras abordagens ainda serão consideradas, como as diferentes fases de formação econômica e social pelas quais seja possível compreender como ocorre a organização espacial nesse contexto.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. V.1. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 222-232.

BRAGON, Rayder. Prefeito de Mariana (MG) cobra punição, mas é contra fechar mineradora. **UOL**. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/09/prefeito-de-mariana-mg-cobra-punicao-mas-e-contra-fechar-mineradora.htm>. Acesso em: 09 nov. 2015.

CAP. **Ata da 190ª Reunião Ordinária**. Rio Grande, 2011. Disponível em: <http://www.portoriogrande.com.br/site/download.php?arq=arquivos/arquivo_781.pdf> Acesso em: 23 Ago. 2015.

CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. In: CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. 1ª reimp. São Paulo: Cosac Naify, 2013, Cap. XI, pp. 201-231.

COMTE, Auguste. Discurso Sobre o Espírito Positivo. *In: Comte. Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Editora Abril, 1978, p. 114-227.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUMONT, Louis. Um estudo comparativo da ideologia moderna e do lugar que nela ocupa o pensamento econômico. *In: Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru/SP: EDUSC, 2000, pp. 13-44.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. 3ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. **O mito do progresso**; ou progresso como ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. O mito do progresso. **Novos estudos**. CEBRAP. Março de 2007, pp. 73-89. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a05n77.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2015.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. As Mudanças Sociais no Brasil e Obstáculos Extraeconômicos à Industrialização no Brasil. *In: Mudanças Sociais no Brasil*. 4ed. São Paulo: Global, 2008, Cap. I e II, pp. 28-92.

_____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 4ed. São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, Cândido G. O fordismo, sua crise e o caso brasileiro. **CESIT**, Unicamp, mar., 1993.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. *In: d'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, pp. 113-140.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. A renovação da crítica ao desenvolvimento e o Bem Viver como alternativa. **Journal of Sustainability Education**, Traduzido pelo Centro de Pesquisas e Apoio aos Trabalhadores – Cepat. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507956-a-renovacao-da-critica-ao-desenvolvimento-e-o-bem-viver-como-alternativa>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

IANNI, Octávio. A produção Sociológica Brasileira. *In: _____. Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega Ltda., 1975, p. 15-83.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito da história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

NÚMERO de grandes estaleiros no Brasil passa de dois para dez em 11 anos. Petrobras – Blog Fatos e Dados. 16 jun. 2014. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/numero-de-grandes-estaleiros-no-brasil-passa-de-dois-para-dez-em-11-anos.htm>. Acesso em: 03 abr. 2015.

PLANO Urbanístico para São José do Norte deve custar R\$ 2,07 bilhões. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 10 jul. 2014. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=166775>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 11ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. **História e desenvolvimento:** a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SAHLINS, Marshal. **Economia de la Edad de Piedra.** Madrid: Akal, 1977.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **O Espaço Dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ed. 1reimp. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2009.

SÃO JOSÉ DO NORTE (Município). **Déficit habitacional poderá diminuir no próximo ano.** Disponível em: <
http://www.saojosedonorte.rs.gov.br/comunicacao/noticias/2015/12/30/deficit_habitacional_pode_diminuir_no_proximo_ano>. Acesso em: 30 dez. 2015.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do Desenvolvimento Econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** Vol. I. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **A Riqueza das Nações.** Vol. II. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOLÉ, Andreu. L' "entreprisation" du monde. *In:* **Créateurs de mondes: nos possibles, nos impossibles.** Monaco: Éditions du Rocher, 2000, p. 182-189.

_____. L'entreprisation du monde. *In:* CHAIZE, J.; TORRES, F. **Repenser l'entreprise: Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve.** Paris: Le Cherche Midi, 2008.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo.** 2ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.